Revista Espaço Acadêmico - Nº 107 - Abril de 2010
ANO IX - ISSN 1519-6186

Teses decadentes reafirmam a lógica do turismo elitista

João dos Santos Filho*

O processo histórico envolve todo e qualquer fato social e, portanto, deve ser o suporte que calibra a formatação dos instrumentos de racionalidade do pensamento científico, isso porque, ele tem um percurso histórico de nascimento, adaptações e ajustamentos presentes em sua processabilidade dialética, com isso, não acreditamos no acaso e no estudo isolado do fenômeno ou do seu aparecimento repentino. Para tudo existe uma lógica histórica explicativa, produto da luta de classes, pois é esta que movimenta a sociedade no campo cultural, econômico, ideológico e produz uma estratificação social especifica.

Diante desta formulação de princípios destacamos que a realidade é entendida segundo nossos interesses econômicos ou, de classe afetando diretamente a elaboração das Políticas Públicas. Nesse caso, nos referimos como o Estado esboça e encaminha os traços iniciais de uma Política Nacional de Turismo com base na tradição patriarcal e elitista brasileira. Pois desde a fundação do Touring Club do Brasil em 1923, este começou a desenvolver a criação de cruzeiros turísticos para uma elite nacional e estrangeira pela Amazônia, ávida por conhecer seu país e fazê-lo conhecido pelos estrangeiros.

Iniciam-se assim uma proposta de um turismo dirigido as elites, pois no começo era uma burguesia endinheirada que já cultivava o gosto por um turismo exótico e até onde seu dinheiro permitisse a exclusividade. Pois o turismo de massa vinha engatinhando segundo as conquistas econômicas e sociais das classes trabalhadoras pelo desenvolvimento industrial, no Brasil por ocasião do centenário da Independência, surgem os primeiros grandes hotéis do Rio de Janeiro, e São Paulo o Turismo de Águas Termais combinado com o aparecimento dos grandes cassinos.

Em 1939 o Estado getulista cria dentro da Divisão de Imprensa e Propaganda (DIP) a Divisão de Turismo*, o que demonstra que o fenômeno do turismo serviu como instrumento ideológico para manter o controle das classes populares e determinar o uso do seu tempo livre segundo interesse da classe dominante. Com isso, podemos afirmar que o turismo foi gestado dentro de princípios dos lazeres burgueses e permanece com esse perfil classista.

A Política Nacional de Turismo aprimorou ainda mais essa atuação elitista, pois apesar de existir a EMBRATUR como órgão responsável pela divulgação do turismo brasileiro no exterior. E o Ministério do Turismo como instrumento ordenador da política nacional de turismo, na prática todo peso do esforço no campo do turismo pelo Estado é voltado para o turista estrangeiro.

Em primeiro lugar podemos afirmar que uma pequena parte do *trade* de turismo, e por sinal aquela que administra os

* Ler o artigo escrito por mim publicado na Revista de Cultura e Turismo – CULTUR do Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz: http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao3/artigo6.pdf

grandes empreendimentos no campo da hotelaria, gastronomia, entretenimento e transporte detém a hegemonia política das decisões de como deve ser encaminhada a Política Nacional de Turismo. Esse monopólio de poder traduz que os interesses de uma proposta de turismo esta voltada para o turista estrangeiro, pois é este que interessa as grandes corporações da "indústria do turismo".

A tese de que o turista estrangeiro deve ser o timoneiro da Política Nacional do Turismo e que os recursos destinados a essa atividade devem ser alocados para melhorar a infra-estrutura de sua hospitalidade, parece não ser verdadeira. Para poder estender sua permanência em território nacional e com isso aumentar seus gastos.

O que me desagrada nesta tese é seu princípio elitista de ver o turismo, bem como, torna o turista estrangeiro uma mercadoria a ser consumida. Não havendo nenhuma preocupação com o impacto cultural e econômico que o mesmo produz na sociedade local e nacional, e como isso acaba afetando, o desconsiderado turista nacional. Que muitas vezes fica na fila de espera, aguardando um restaurante, uma hospedagem, até que o turista estrangeiro desocupe um desses equipamentos, ou ainda constatar que o hotel, o passeio programado, o restaurante da moda dá preferência pelo estrangeiro.

O crédito que o Estado destinou ao turismo por meio da Caixa Econômica Federal favoreceu em sua maioria ao mega investidor da área, desde as grandes redes hoteleiras até agencias de turismo, mas tudo parece volatilizar-se, pois não existe um Plano Nacional de Turismo pensado encima de um planejamento global, em que organize racionalmente a aplicação dos recursos financeiros. O que há, é um imenso jogo político de interesses pessoais, em que vence aquele que detém mais quantidade de capital e obviamente possui um equipamento de turismo de ponta.

Temos a destacar que as dotações financeiras destinadas ao turismo pelo Estado independente de serem ainda modestas em comparação a outras atividades econômicas, são despossuídas de qualquer direcionamento planejado, isto é, seu uso é aleatório atendendo a interesses particulares e políticos.

Existe outra tese, que faz da estrutura administrativa estatal promiscua, pois cultua uma política baseada em favores das emendas parlamentares consignadas por ações eleitoreiras e paroquiais, acobertadas por práticas ditas "legais", em que o Ministério do Turismo coordena e incentiva políticos a incluir pedidos de verbas para o turismo junto ao orçamento da união. Esse procedimento favorece uma política patriarcal e de compadrio muito a agosto da tradição histórica brasileira completamente estapafúrdia.

Essa prática defendida pelos responsáveis do turismo transformou o Ministério do Turismo em um local em que os acordos, arranjos e decisões obedecem ao gosto do parlamentar que solicitam verbas para festas pessoais, portais de turismo que não levam a nada, verdadeiros elefantes brancos. Uma vergonha para o povo brasileiro e um incentivo a corrupção em que o Estado via Ministério do turismo acaba sendo cúmplice.

Leitor veja, o Ministério do turismo conseguiu por meio da prática lobista, junto aos deputados e senadores carrear para o turismo as emendas parlamentares. Isso transformou o

Ministério do turismo em um grande empresário de duplas sertanejas, cantores desconhecidos e de amigos de deputados. Festas inventadas e religiosas, feiras sem qualquer valor econômico.

Esse processo estanca qualquer possibilidade de elaboração de um Plano Nacional de Turismo articulado a uma proposta de desenvolvimento econômico, pois quem manda é o interesse político de cada deputado em comum acerto com a pasta do turismo, que para conseguir verbas para o turismo não se preocupa com a ética política. Mas, que turismo!!!!!!!!!!!!

* **JOÃO DOS SANTOS FILHO** é Bacharel em Turismo, pelo Centro Universitário Ibero-Americano de São Paulo (Unibero) e Bacharel em Ciências Sociais, pela PUC/SP. Mestre em Educação: História e Filosofia da Educação, pela PUC/SP. Professor convidado na Faculdad de Filosofia e Letras da Universidad Nacional de Heredia (UNA), em San José da Costa Rica. **Professor concursado pela Universidade Estadual de Maringá.** Autor do livro "Ontologia do turismo: estudo de suas causas primeiras," EDUSC, Universidade de Caxias do Sul. E-mail joaofilho@onda.com.br